
A OCUPAÇÃO DA IDADE DO FERRO DA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM NO CONTEXTO DA EXPANSÃO FENÍCIA PARA A FACHADA ATLÂNTICA PENINSULAR

por Ana Margarida Arruda*

«Agora vamos à Alcáçova! Entrámos a porta da antiga cidadela. — Que espantosa e desgraçada confusão de entulhos, de pedras, de montes de terra e caliça! Não há ruas, não há caminhos, é um labirinto de ruínas feias e torpes.»

GARRETT, *Viagens na minha Terra* (1843)

1. Introdução

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém é um amplo (4 ha) e alto (106 m) planalto sobranceiro ao Tejo, com escarpas muito íngremes nas vertentes Sul, Este e Oeste, sendo suave a sua encosta Norte.

Com excelentes condições naturais de defesa, domina visualmente um vasto território, concretamente a extensa planície aluvial do Tejo.

Actualmente, o planalto onde se localiza o sítio arqueológico está em grande parte ocupado pelo *Jardim das Portas do Sol*, propriedade municipal e verdadeiro *ex libris* da cidade de Santarém.

Em 1979, a *Associação para a Defesa e Valorização do Património histórico-cultural de Santarém* efectuou no Jardim das Portas do Sol uma pequena

* Investigadora da UNIARQ (Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa). Faculdade de Letras. P — 1699 Lisboa Codex.

sondagem (3 × 3 m). Sem terem sido identificados então quaisquer níveis arqueológicos preservados, recolheram-se, no entanto, abundantes materiais arqueológicos de várias épocas, entre os quais se destacavam cerâmicas da Idade do Ferro. Na sua grande maioria, estas cerâmicas filiavam-se no mundo orientalizante e deixavam antever uma ocupação do sítio a partir da primeira metade do I Milénio a.C. (ARRUDA e CATARINO, 1982).

A partir de 1983, e até 1990, efectuaram-se sob minha orientação oito campanhas de escavações arqueológicas na Alcáçova de Santarém, sempre na área do Jardim.

A ampla diacronia da ocupação humana deste sítio foi verificada, tendo-se registado abundantes vestígios materiais datáveis do período romano, da época muçulmana e da Baixa Idade Média.

Escavaram-se também níveis preservados da Idade do Ferro, o que veio possibilitar a obtenção de dados seguros sobre diversos aspectos da ocupação síderica deste sítio arqueológico, nomeadamente cronologias e filiação cultural.

Este trabalho incidirá justamente sobre a ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém.

2. A escavação: resultados

2.1 Estratigrafia e estruturas

Entre 1983 e 1988, as escavações realizadas na Alcáçova de Santarém incidiram numa área restrita do Planalto, no horto do Jardim das Portas do Sol.

Localizada junto à vertente Sul, esta área, com cerca de 78 × 20 m, revelou uma extensa e profunda ocupação da época muçulmana, consubstanciada por numerosas e profundas fossas, escavadas no calcário, que afectaram gravemente os níveis arqueológicos romanos e da Idade do Ferro.

Em certas áreas, nomeadamente no que designamos por *Corte 2*, as fossas estavam muito concentradas (10 fossas por cada 27 m²). Para a realização destas estruturas subterrâneas do *Corte 2*, os habitantes da Alcáçova muçulmana foram obrigados a uma total remoção das terras pré-existentes, terras essas que corresponderiam aos níveis arqueológicos anteriores.

A certeza de que esses níveis tinham existido naquele local concreto foi plenamente confirmada através das enormes quantidades de espólio arqueológico dos períodos anteriores à ocupação muçulmana, que se recolhiam nos entulhos das fossas, nomeadamente cerâmica romana (república e imperial) e da Idade do Ferro.

Numa outra área do horto (*Corte 1*), a escavação revelou, no entanto, uma outra realidade. Aqui, foram também detectadas construções subterrâneas, concretamente silos de elevada capacidade e um poço-cisterna. Estas construções datavam igualmente do período da ocupação muçulmana da Alcáçova. No entanto, estando espacialmente mais dispersas, não se tornou necessário, para a sua construção, a remoção integral das camadas de terra existentes. Limitaram-se os seus construtores a fazer largas e profundas «escavações» nas terras correspondentes aos níveis arqueológicos pré-existentes, de modo a obterem, primeiro, plataformas que lhes permitissem a escavação dos calcários e, depois, os acessos aos silos de armazenamento. Assim, os «buracos» feitos neste sector através dos níveis arqueológicos romanos e da Idade do Ferro, destruindo em parte os vestígios arqueológicos pré-existentes, pouparam-nos sectorialmente, tendo sido possível, apesar de tudo, a escavação de áreas bem conservadas, onde os níveis arqueológicos se sobrepunham, numa estratigrafia clássica.

Nalguns casos, eram apenas pequenas «fatias» que não excediam os 50 × 80 cm. Noutros, porém, a área não afectada pelas construções muçulmanas era relativamente ampla, como se viria a detectar no quadrado G.18.

Neste quadrado, e numa área sub-rectangular de aproximadamente 4 × 2.5 m, foi possível a escavação de níveis preservados, onde se recolheu espólio bem estratigrafado e em associação clara, para além de se terem identificado estruturas habitacionais, concretamente muros de habitações, pavimentos e áreas de combustão.

O que resta da estrutura habitacional escavada neste sector deixa antever que se tratava de uma habitação de planta rectangular de paredes pouco espessas (45 cm), a que estava associada uma área de combustão cuja base era constituída por cerâmica fragmentada. Um pavimento de pedras de pequenas dimensões ligadas por terra argilosa estava em clara associação à estrutura habitacional posta a descoberto.

A intenção de verificar a existência de níveis arqueológicos anteriores àquelas construções conduziram à opção de levantar a parede e o pavimento de pedra que a ela se encontrava associado (depois de devidamente desenhado e cotado). Essa opção viria a mostrar-se vantajosa, uma vez que um outro nível veio a ser identificado e escavado. Sob a rocha de base, este nível arqueológico constituído por terras vermelhas escuras, a «terra rossa» comum nos solos calcários, continha abundantes materiais arqueológicos, todos eles ainda integráveis na Idade do Ferro.

As primeiras seis campanhas de trabalhos arqueológicos, de 1983 a 1988, estiveram sempre confinadas ao horto do Jardim.

Porém, os resultados obtidos durante essas seis campanhas mostravam que, durante a época muçulmana, a abertura de fossas no calcário implicava, nessa exacta área, a destruição da quase totalidade dos níveis arqueológicos anteriores. A existência destes últimos era perceptível pelos espólios da Idade do Ferro e do período romano encontrados nas camadas de entulho, e misturados com materiais arqueológicos de épocas muito posteriores, tornando-se conhecida pelas áreas (de pequenas dimensões) «poupadas» pelas «violações» muçulmanas. Qualquer leitura horizontal da ocupação anterior à época muçulmana tornava-se, assim, particularmente difícil. As poucas estruturas observadas estavam em grande parte destruídas, facto que dificultava a sua interpretação funcional.

No entanto, a escavação das reduzidas áreas conservadas e o espólio recolhido, mesmo aquele que era proveniente das camadas de entulho ou revolvimento, permitiram o avaliar da importância que o sítio teria assumido durante a Idade do Ferro e período da ocupação romana.

Ao fim de seis anos de trabalhos de campo e da escavação de uma extensa área parecia evidente que, naquele sector específico da Alcáçova, se tinham especialmente localizado estruturas muçulmanas de carácter não habitacional, e cuja construção tinha danificado gravemente as ocupações anteriores.

Assim, em 1988 iniciámos a realização de sondagens diversificadas em toda a área da antiga Alcáçova abrangida pelo Jardim. O objectivo da abertura simultânea de vários cortes em áreas relativamente afastadas era sobretudo o de averiguar o estado de conservação dos níveis arqueológicos correspondentes às fases de ocupação mais antigas do sítio.

Em 1989 e 1990 foram escavados sete quadrados de 4 × 4 m nos arruamentos do Jardim, concretamente na sua área Norte.

Estes trabalhos permitiram verificar que o sítio se encontrava, afinal, pelo menos em algumas áreas, relativamente bem preservado, registando apenas perturbações comuns em sítios com uma ocupação cronologicamente ampla.

A escavação mostrou que, mesmo no centro da Alcáçova, os silos continuaram a ser construídos na época muçulmana, continuando igualmente as destruições de estruturas e níveis anteriores, estando, no entanto, aqui, menos concentrados. Além disso, construções romanas ainda em muito bom estado de conservação eram evidentes em todos os cortes efectuados.

Num dos quadrados escavados num dos arruamentos do Jardim (C.V. 1), obteve-se uma sequência estratigráfica sem anomalias e onde foi possível, pela primeira vez, ler toda a ocupação deste sítio durante quase todo o I milénio a.C., concretamente desde o século VIII até ao século II a.C.

Apesar dos limites espaciais da área escavada, os níveis arqueológicos sucediam-se, bem diferenciados geologicamente, em cerca de 3.75 m de altura.

Foram identificados 4 níveis da Idade do Ferro, correspondentes a 16 camadas de terra (da 5a à 21), e um romano, da época republicana, correspondente à camada 4.

A recolha de matéria orgânica permitiu a obtenção de duas datações de ¹⁴C para as duas camadas mais profundas. Alguns materiais de cronologia segura possibilitaram a datação dos restantes.

A reduzida área útil de escavação neste sector não permitiu, infelizmente, definir as plantas das estruturas observadas nos níveis sidéricos.

2.2 O faseamento cronológico-cultural

A relação que foi possível estabelecer entre os diversos níveis arqueológicos registados e os espólios recolhidos possibilitou uma leitura relativamente clara das diversas fases da ocupação sidérica da Alcáçova de Santarém, concretamente no que diz respeito à sua evolução cronológica e cultural.

A primeira observação diz respeito à grande homogeneidade cultural. Era esta visível em todos os níveis escavados, através dos materiais arqueológicos recolhidos.

Isto não significa que os materiais fossem rigorosamente idênticos em todos os níveis detectados, mas simplesmente que não se verificou qualquer ruptura ao nível da cultura material, assistindo-se, antes, a uma evolução formal e tecnológica caracterizada pela complexificação ou simplificação das formas e tratamento das superfícies das cerâmicas ao longo de toda a Idade do Ferro. Assim, a tradição da cerâmica pintada, brunida e polida, por exemplo, manteve-se até ao século I a.C.

FASE I — Século VIII a.C.

As camadas mais profundas, tanto as escavadas no sector do horto como as observadas na área ajardinada são compostas pela «terra rossa» já em contacto com o solo de base e apresentam materiais da Idade do Ferro.

Os níveis mais antigos de Santarém apresentaram um espólio de características fortemente orientalizantes, nomeadamente:

— *Pithoi*, de asas bífidas e decoração pintada em bandas bicromas vermelhas e pretas;

- pratos de engobe vermelho, com bordos aplanados mas cuja largura nunca ultrapassa os 2.5 cm;
- *taças de engobe vermelho*, algumas carenadas. O engobe vermelho pode cobrir inteiramente todas as superfícies ou apenas a superfície externa e uma área da superfície interna junto ao bordo. Nalguns casos, sobre o engobe vermelho apresentam linhas pintadas de cor preta;
- *vasos de colo ligeiramente estrangulado* e corpo globular, cobertos de engobe vermelho ou creme, sobre o qual estão pintadas linhas ou bandas negras;
- *taças de cerâmica cinzenta fina polida*, fabricada ao torno.

Associada a estes materiais, encontrou-se cerâmica de fabrico manual em razoável quantidade, mas, no entanto, sempre em menor número que a fabricada ao torno. É de dois tipos:

- *pequenas taças de paredes muito finas*, de superfícies polidas, algumas apresentando mesmo decoração brunida, com ou sem carena e com ou sem onfalo;
- *vasos de superfícies grosseiras*, sem acabamento cuidado, apresentando por vezes um tratamento «a cepillo». Os fundos são planos e os bordos apresentam, com frequência, uma decoração denteada, ou com ligeiras depressões.

No quadrado C.V. 1, e no nível correspondente à fase I, recolheram-se carvões que foram sujeitos a uma datação de ¹⁴C. A data obtida é de:

ICEN-532: 2640 ± 50 BP

Calibrada esta data pela curva Pearson e Stuiver, obtemos os seguintes intervalos de tempo:

para 1 sigma: 838-799 a.C.

para 2 sigmas: 900-780 a.C.

A atribuição ao século VIII desta fase da ocupação sidérica da Alcáçova de Santarém deve-se à datação obtida pelo radiocarbono. Assim, e atendendo à calibração a 2 sigmas, sabemos que este nível pode ter-se formado num qualquer momento compreendido entre 900 e 780 a.C. Naturalmente que, dado o espólio recolhido, não nos é possível admitir para este nível qualquer data anterior a 800 a.C.

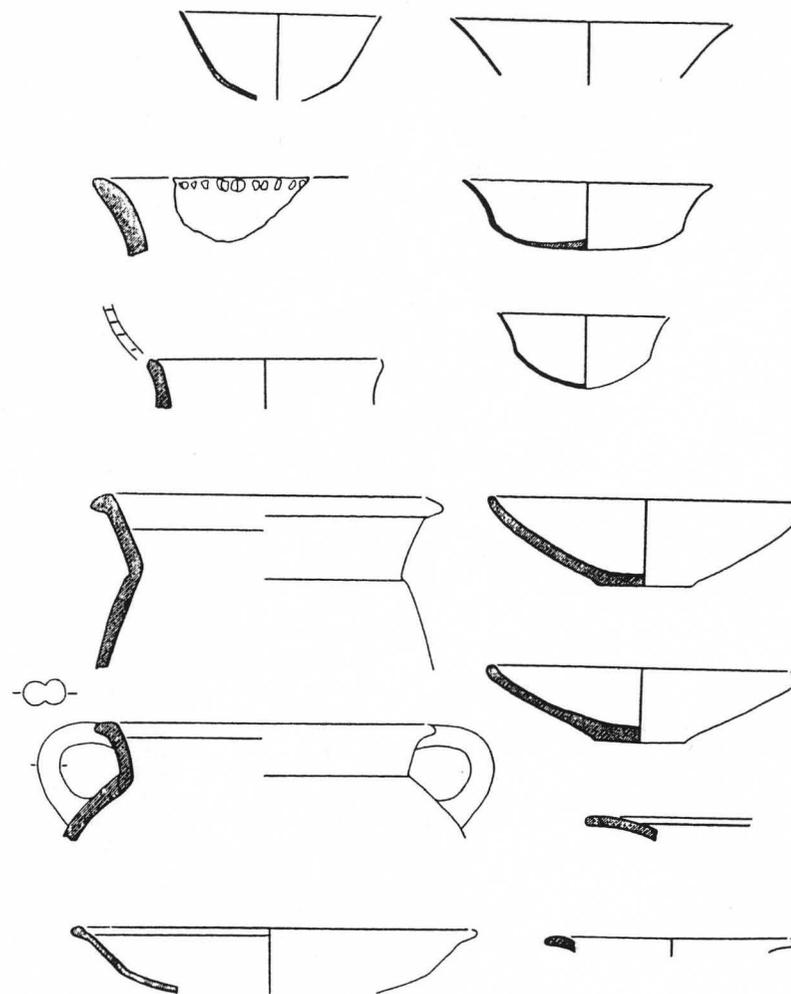


FIG. 1 — Materiais da Fase I, 1:4

Penso assim que esta fase da ocupação da Alcáçova de Santarém *começa num momento inicial das navegações fenícias para o Ocidente peninsular, ou seja, justamente a partir dos inícios do século VIII a.C.*

FASE II — Século VII-V a.C.

Tanto em G.18 como em CV. 1, foi escavado um nível de terras compactas de tonalidade castanha amarelada que se sobrepunha ao nível de base da «terra rossa». Não apresentava diferenças sensíveis ao nível do espólio encontrado. Todavia, deve assinalar-se que:

- se regista diminuição quantitativa de alguma cerâmica manual, concretamente as pequenas taças de superfícies polidas e brunidas;
- a cerâmica cinzenta polida ao torno diversifica-se formalmente;
- o engobe vermelho mantém-se, mas os pratos desaparecem;
- a pintura em bandas apresenta-se agora policroma, associando-se o branco ao vermelho e preto na decoração pintada dos grandes vasos globulares;
- os pratos de bordo aplanado, anteriormente cobertos de engobe vermelho, aparecem agora fabricados, ou sem qualquer engobe ou com engobe de cor creme;
- surgem contas de colar de pasta vítrea azul, uma das quais oculadas. Esta última apresenta as características tardias (século VI/V a.C.), nomeadamente o pouco brilho.

Também para este nível foi possível a obtenção de uma datação de ^{14}C :

ICEN-525: 2470 BP \pm 70

Calibrando esta data pela curva Pearson e Stuiver obteremos os seguintes intervalos de tempo:

para um sigma : 787-408 a.C.

para dois sigmas: 800-400 a.C.

Uma vez que considerámos que a Fase I se prolonga por todo o século VIII a.C. a datação obtida após a calibração para dois sigmas permite que possamos datar esta Fase da ocupação de Santarém entre os séculos VII e V a.C.

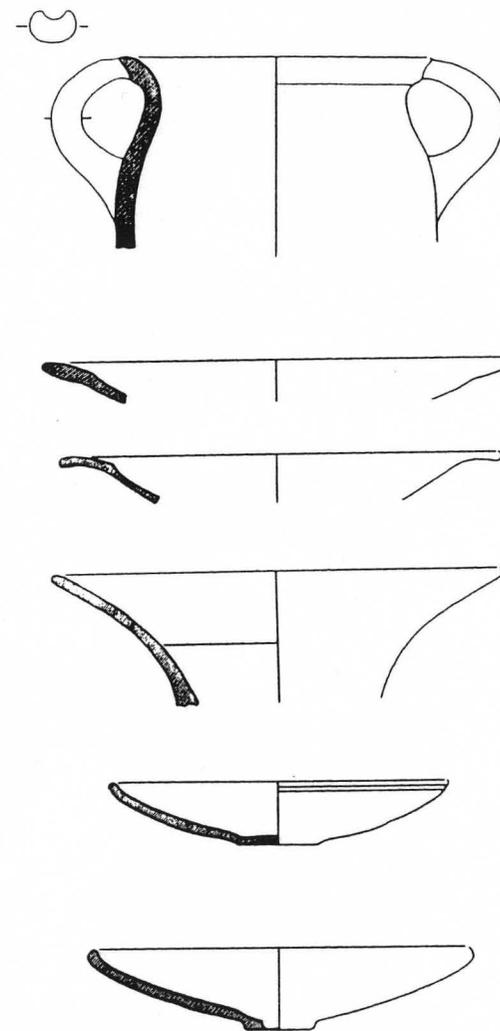


FIG 2 — Materiais da Fase II: Vaso contentor; cerâmica de engobe vermelho e taças de cerâmica cinzenta. 1:4

FASE III — Século IV-III a.C.

No quadrado C.V.1, aos níveis correspondentes às Fases I e II sobrepunham-se ainda camadas de terra que definiam níveis conservados. Não foi possível obter aqui material orgânico que permitisse determinar uma datação cronométrica segura. No entanto, o aparecimento de um fragmento de cerâmica ática, datado dos inícios do século IV, resolveu parcialmente a atribuição de uma cronologia a esta fase.

Ao nível do espólio devemos destacar:

- desaparece a cerâmica fabricada manualmente;
- o engobe, vermelho que continua a cobrir as superfícies de alguns vasos, é agora mais escuro (vermelho vinhoso) e deixa de apresentar o aspecto lustroso que o polimento proporcionava aos exemplares das fases anteriores;
- mantêm-se as taças de cerâmica cinzenta, de superfícies brunidas ou polidas. No entanto, são agora mais fundas e o cinzento é mais claro;
- são abundantes nesta fase as taças fundas de superfícies cremes brunidas, formalmente idênticas às de superfícies cinzentas. Por vezes o brunimento não é efectuado em toda a superfície externa no vaso, mas apenas em linhas finas e paralelas ao bordo, como se se tratasse de uma decoração.

FASE IV — Século II a.C.

Os materiais correspondentes a esta Fase da ocupação da Idade do Ferro de Santarém são em tudo idênticos aos da fase anterior. No entanto, dois novos elementos foram acrescentados ao espólio cerâmico:

- num fundo de vaso de forma indeterminada, de superfícies finas e cinzentas polidas, é visível uma palmeta estampilhada;
- dois fragmentos de campaniense da classe A, pertencentes à forma 27 (um bordo e um fundo). O fundo era decorado por palmetas ovais impressas, de que é visível uma, limitadas por uma decoração em *guilhoché* fino. Atendendo à forma, muito rudimentar, da palmeta e ainda à associação desta aos círculos concêntricos de *guilhoché*, podemos datar estes fragmentos de meados do século II, mais concre-

tamente do seu terceiro quartel (MOREL, 1978). É tentador relacionar esta Fase com as campanhas de Décimo Júnio Bruto de 148 a.C., ou seja com os primeiros contactos da Alcáçova de Santarém com o mundo romano.

3. Considerações sobre a evolução da ocupação sidérica da Alcáçova de Santarém no contexto da Idade do Ferro do Centro/Sul de Portugal

Os dados que apresentei sobre a sequência cronológico-cultural observada estratigraficamente na Alcáçova de Santarém permitem desde já relançar o debate sobre a evolução da Idade do Ferro no Centro/Sul de Portugal.

A evidente continuidade cultural registada neste sítio desde os inícios do século VIII a.C. até à presença efectiva de romanos no território actualmente português, continuidade essa também visível no Castelo de Alcácer do Sal (SILVA *et al.*, 1980), em Conímbriga (ALARCÃO, 1975) e aparentemente em Lisboa, levanta inevitavelmente a problemática da operacionalidade da divisão redutora da Idade do Ferro desta região em I e II.

As propostas de Beirão, Gomes e Monteiro (1979) e Beirão e Gomes (1980) de sistematização cronológica e cultural para a Idade do Ferro do Sul do território português, dividindo-a em I e II Idade do Ferro, não parecem pois, hoje, à luz dos conhecimentos actuais, conceitos suficientemente operacionais para continuarem a ser retidos.

Estas propostas preconizavam a existência de uma I Idade do Ferro de características orientalizantes, que teria decorrido entre o século VIII e o século VI a.C. Esta I Idade do Ferro, com profundas ligações à área tartéssica, teria tido origem nos contactos com os comerciantes orientais que nesta época se instalaram na área do estreito de Gibraltar e estava consubstanciada nos espólios de características orientais que se encontravam em Portugal em povoados e necrópoles.

Segundo a sistematização em análise, a esta I Idade do Ferro ter-se-ia seguido, a partir do século V a.C., uma outra, a «II Idade do Ferro», onde esmoreciam os contactos com o mundo mediterrânico e se começavam a fazer sentir os efeitos das migrações indo-europeias, mais concretamente celtas. Esta II Idade do Ferro tinha assim um cariz fundamentalmente continental e as cerâmicas estampilhadas (que sugerem efectivamente ligações ao mundo continental), aparecidas em numerosos povoados alen-

tejanos, forneciam a base artefactual para este período da Proto-História do Sul de Portugal.

Os dados obtidos na escavação que dirigi na Alcáçova de Santarém, expostos nas páginas anteriores, e ainda outros recolhidos na última década em vários sítios arqueológicos datáveis no I milénio a.C., têm vindo a demonstrar que a realidade da ocupação sidérica do território em análise é bem mais vasta e complexa do que se imaginava, existindo uma multiplicidade de situações que não se compadece com propostas redutoras e simplistas para a evolução da Idade do Ferro do Sul do nosso território.

Em primeiro lugar, quero frisar que é indesmentível ter havido efectivamente, num momento localizável nos inícios do século VIII a.C., um povoamento sidérico de características orientalizantes, ficando provado que o território actualmente português não fica excluído da verdadeira *Koine* oriental que atingiu toda a área mediterrânica. Este povoamento, que se designa habitualmente por *I Idade do Ferro*, está na verdade comprovado e partilho a opinião que deve conectar-se directamente com as navegações de comerciantes fenícios para a região atlântica.

Ao longo da costa portuguesa, e quase sempre nos estuários dos grandes rios, vários são os povoados onde o espólio recolhido se filia culturalmente na área do Mediterrâneo Oriental.

Castelo de Castro Marim, na foz do Guadiana; Cerro da Rocha Branca (Silves), no baixo vale do rio Arade; Castelo de Alcácer do Sal, Abul e área urbana de Setúbal, no estuário do Sado; Quinta do Almaraz (Almada), Cacilhas (área urbana e povoado da Pedrada), Moinho da Atalaia (Amadora), Outorela (Oeiras), Lisboa (área urbana) e Santarém (Alcáçova), no estuário e baixo vale do Tejo; Santa Olaia e Crasto (Figueira da Foz) e Conimbriga (Condeixa) no Mondego, são exemplos deste tipo de povoamento. São geralmente sítios localizados em colinas mais ou menos elevadas, destacando-se sempre na paisagem. Possuindo boas condições naturais de defesa, dominam visualmente vastos territórios.

Estes sítios demonstram um contacto permanente com o Mediterrâneo Oriental (directo ou, com maior probabilidade, através dos assentamentos fenícios da região do estreito de Gibraltar).

As cerâmicas de engobe vermelho, as cerâmicas pintadas em bandas, as cerâmicas de superfícies cinzentas polidas e algumas ânforas são bons exemplos de uma filiação cultural no mundo mediterrânico. São em tudo semelhantes às das fundações fenícias do estreito de Gibraltar, mas também se aproximam, formal e tecnologicamente, de materiais recolhidos nas fases mais antigas de Cartago (VEGAS, 1989 e 1990) e dos recolhidos na antiga Fenícia, nomeadamente nos «Horizontes» Tiro III-II, datados do século VIII

e VII a.C. (BIKAI, 1978) e nos Estratos C e D de Sarepta (séculos IX a VII a.C.), sítio localizado na costa libanesa a 30 Km a Sul de Tiro (ANDERSON, 1988).

Também as necrópoles são importantes referências para o estudo desta fase da Idade do Ferro em Portugal. O «orientalismo» das necrópoles do litoral (Fonte Velha, Cômoros da Portela, Galeado, Almogrebe, Gaio, Alcácer do Sal) e em parte das do interior alentejano (região de Ourique) está bem patente nos seus espólios. A prática da cremação, que substituiu a da inumação, em uso nos enterramentos da Idade do Bronze é também usual nas necrópoles fenícias do Mediterrâneo Central, entre os séculos VIII e VII a.C.

Segundo as teses em uso, a «II Idade do Ferro» teria tido o seu início algures no século V a.C. e seria caracterizada, pela sua componente étnica indo-europeia. Os contactos com o Mediterrâneo esmoreciam e a penetração de populações celtas, através da Meseta trazendo consigo uma nova cultura material, consubstanciada fundamentalmente na cerâmica estampilhada, dava origem à «II Idade do Ferro».

Este modelo parece hoje completamente ultrapassado. Na publicação dos resultados das escavações no Castelo de Alcácer do Sal (1980) falava-se já numa «II Idade do Ferro orientalizante», uma vez que os níveis correspondentes aos séculos V a II a.C. apresentavam características que não se enquadravam na chamada «II Idade do Ferro» (SILVA *et al.*, 1980). De facto, os elementos continentais, como é o caso da cerâmica estampilhada, encontravam-se ausentes. Pelo contrário, a tradição oriental era uma realidade indiscutível ao nível da produção cerâmica. No entanto, as observações feitas no castelo de Alcácer do Sal foram de algum modo esquecidas pela comunidade científica portuguesa, continuando-se lamentavelmente a ignorá-las.

Os dados obtidos na Alcáçova de Santarém confirmam, em absoluto, os do Castelo de Alcácer do Sal, ou seja: ambos os sítios mantêm durante a chamada II Idade do Ferro uma filiação cultural orientalizante. De referir aqui que o único fragmento de cerâmica estampilhada encontrado na Alcáçova de Santarém apareceu num nível onde estão já presentes cerâmicas romanas, concretamente Campaniense A. Esta cerâmica estampilhada surge na Fase IV de Santarém, datada do século II a.C.

Outras escavações arqueológicas que nos últimos anos decorreram em sítios que cronologicamente se situam entre o século V a.C. e o início da dominação romana, evidenciaram realidades materiais muito diversas entre si, muitas das quais não se enquadram na «II Idade do Ferro continental».

A maioria dos sítios que apresentaram durante a primeira metade do I Milénio a.C. uma Idade do Ferro «orientalizante» mantiveram até aos

alvores da romanização uma cultura material aparentemente leste mediterrânica.

As cerâmicas pintadas em bandas policromas, as cerâmicas cobertas por engobe vermelho, as cerâmicas cinzentas finas polidas mantêm-se em níveis dos séculos V, IV, III e até II a.C. no Castelo de Alcácer do Sal (SILVA *et al.*, 1980-81), na Alcáçova de Santarém e em Conimbriga (ALARCÃO, 1975). Este «conservadorismo» foi igualmente verificado recentemente nas escavações do Claustro da Sé, em Lisboa.

Outros sítios, um localizado no estuário do Tejo, margem direita — Outorela (Oeiras) (CARDOSO, 1990) e outro mais no interior da Península de Lisboa — Moinho da Atalaia (Amadora) (PINTO e PARREIRA, 1978), mostraram níveis orientalizantes do século V a.C. Aparentemente, a ocupação sidérica destes sítios começou justamente nesta época, não existindo na Outorela níveis de ocupação humana anteriores a esta data, enquanto no moinho da Atalaia se registaram presenças humanas datáveis do Calcolítico final e também do final da Idade do Bronze. Ambos os sítios se localizam em áreas de encosta, não ocupando os topos de colinas elevadas, distanciando-se assim dos povoados orientalizantes cuja ocupação se iniciou no século VIII a.C. (*ibid.*).

Os espólios encontrados não deixam dúvidas sobre a sua filiação cultural. Detectam-se fibulas anulares hispânicas do século V a.C., cerâmicas cinzentas finas polidas, e cerâmica pintada em bandas policromas, sendo mais rara a cerâmica de engobe vermelho. No Moinho da Atalaia estão presentes também duas ânforas de clara procedência mediterrânica e uma conta de colar de pasta vitrea oculada (*ibid.*).

Parece pois evidente que em determinadas áreas litorais portuguesas, especialmente nas bacias dos grandes rios da costa ocidental, Sado, Tejo e Mondego, existiu um povoamento sidérico de características orientalizantes durante a chamada II Idade do Ferro (que seria, recordamos, continental), sendo pois possível comprovar que a continuidade cultural e aqui uma realidade concreta.

Afinal, os sítios que mais cedo se abriram ao comércio com o mundo Mediterrânico (séculos VIII e VII a.C.), com uma enraizada cultura oriental, não foram absorvidos por uma qualquer dominação indo-europeia que os celtas aqui parecem preconizar, mantendo até aos alvores da romanização uma cultura material de características orientais.

Mesmo povoados cuja ocupação humana não se verifica no momento inicial dos contactos do litoral português com os navegadores do Mediterrâneo oriental, como Outorela e Moinho da Atalaia, assumem ainda nos

séculos V e IV a.C. uma cultura material cuja filiação não se distância dos restantes do estuário do Tejo.

O que pretendemos negar não é tanto «uma concepção mediterrânica» e «uma concepção indo-europeia» de um amplo espaço, que se teriam seguido no tempo, mas sim a existência de uma enorme área político-administrativa que teria sido imposta, primeiro por um processo de anexação por parte do reino de Tartessos e depois pela migração em massa e conseqüente conquista do território português pelos povos celtas.

Penso que hoje não é mais possível apresentar a evolução cultural das comunidades deste vasto território na formulação pura e simples de que a uma I Idade do Ferro de filiação cultural orientalizante se seguiu outra, a II Idade do Ferro, de filiação cultural continental.

4. O povoamento sidérico do baixo vale do Tejo e a expansão comercial fenícia para o ocidente peninsular

A presença em território português, quase sempre ao longo da costa e nos estuários dos grandes rios, de numerosos sítios arqueológicos onde os espólios, com datações antigas (primeira metade do século VIII a.C.), denotam clara influência fenícia, mostra que o raio de influência dos fenícios não se limitou, mesmo desde o início da instalação em Gadir, à região tartéssica. É também sintoma nítido de que uma navegação atlântica se efectuou, ganhando consistência a hipótese de uma rota marítima.

As teses tradicionais tendem a explicar a existência destes povoados portugueses como pontos de apoio à navegação nas viagens de fenícios às Cassitérides. De facto, a procura do estanho, metal praticamente inexistente no Mediterrâneo Oriental, está bem documentada nos textos clássicos. Tanto Avieno como Estrabão referem as viagens de tartéssicos e fenícios ao Atlântico justamente com esse fim.

É importante que se saliente a concentração, no estuário do Tejo, dos povoados onde é nítida a existência de um comércio fenício. Esta concentração, numa região onde não existem recursos metalíferos assinaláveis (à excepção do ouro de aluvião), não deverá estranhar-se se tivermos em conta que já no Bronze Final (século X/IX a.C.) esta era uma área com intensa ocupação e assinalável desenvolvimento económico (KALB, 1980). Esta região revelou, nesse momento, uma enorme concentração de objectos de bronze e ouro, com várias proveniências e/ou influências, nomeadamente atlânticos e mediterrânicos, podendo ter assegurado a sua distribuição para as regiões interiores (*ibid.*).

O controlo da excelente via de comunicação fluvial que o Tejo representa justificou certamente na Idade do Ferro (como anteriormente na época do Bronze e até mesmo no Calcolítico) o estabelecimento de povoados com características eminentemente comerciais.

Assim, o comércio estabelecido entre as populações que habitavam os povoados da Idade do Ferro do estuário do Tejo e os comerciantes fenícios pode, talvez, explicar-se pela possibilidade de acesso, através do rio, às regiões estanhíferas do interior e mesmo até à própria Extremadura espanhola. Além disso, não deveremos esquecer que, tal como nos transmitiram os autores clássicos (nomeadamente Plínio-o-Velho), o ouro era relativamente abundante nas areias do Tejo: «O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas» (Plínio-o-Velho, 4,115, tradução de Amílcar Guerra, 1987). A riqueza em ouro da bacia hidrográfica do Tejo pode associar-se ao conjunto de razões já expostas para explicar a localização de povoados comerciais nesta região, uma vez que o comércio de metais preciosos foi a razão principal da expansão comercial fenícia para Ocidente.

Naturalmente que estas observações para a presença de povoados orientalistas da Idade do Ferro no estuário e curso inferior do Tejo são igualmente válidas para outros conjuntos de situações verificadas noutros estuários de rios portugueses. É o caso do Guadiana, Sado e Mondego.

Também aqui parece claro que os vales fluviais funcionaram como verdadeiras estradas aquáticas, por onde o cobre alentejano, nos dois primeiros casos, e o estanho da Beira Alta, no último, chegariam aos povoados do litoral onde seriam transaccionados. Assim, e para além de servirem de pontos de apoio à navegação para as Cassitérides, os povoados com espólios de filiação orientalista localizados nos estuários do Guadiana, Sado e Mondego podem ter servido como locais de comércio.

Os dados actualmente disponíveis sobre estes povoados permitem-nos pensar que o comércio esteve na origem da sua fundação. Este comércio, cujos agentes externos foram, quase seguramente, os fenícios instalados em *Gadir* e nas restantes colónias da costa de Málaga e Granada, implicou certamente interdependência entre as populações indígenas do litoral português e aquelas que no interior se dedicavam à exploração mineira.

5. Considerações finais

O processo comercial inter-regional e a longa distância que claramente se intensifica durante a primeira metade do I milénio a.C., deve ser devidamente sobrevalorizado. A procura cada vez maior dos metais, correspondeu,

naturalmente, uma exploração mais intensiva destes, com a adopção de novas tecnologias, talvez importadas. Igualmente, o comércio que se estabelece entre as regiões metalíferas do interior e os povoados litorais aumenta, na razão directa desta procura. Esta situação criará inevitavelmente hierarquias no povoamento e ao nível social, uma vez que só uma sociedade suficientemente organizada permite a complexa teia comercial que é criada a partir do século VIII a.C.

No entanto, é necessário não esquecer que os novos estímulos não podem ser considerados exclusivamente responsáveis pela situação social que a arqueologia parece demonstrar. Para que tal tivesse acontecido, era necessário a existência prévia de rotas comerciais estabelecidas e de sociedades que apresentassem já uma relativa hierarquia social, mesmo que incipiente, facto evidente no Bronze Final do Centro/Sul do território português.

Os povoados indígenas instalados nos estuários dos grandes rios tiveram, como já se disse, um papel predominante no comércio com o mundo mediterrânico. No entanto, esse papel só pode ser representado dadas as relações comerciais estabelecidas entre estes e os povoados do interior, que exploravam o minério procurado pelos navegadores orientais.

Os sítios litorais, que controlavam o comércio a longa distância, e naturalmente o regional, constituíram-se seguramente em unidades administrativas fortemente organizadas.

Os povoados do estuário do Tejo fornecem elementos que podem, com facilidade, conduzir à colocação de pelo menos duas hipóteses:

1. Um dos povoados desta área assumiu-se como «lugar central», encontrando-se os restantes na sua órbita política. Nesta «capital», residiria evidentemente um chefe (rei) e todo um conjunto de administrativos, que controlavam todo o processo comercial com o Oriente mediterrânico e com o interior.

Infelizmente, por condições várias, as escavações realizadas nos diversos povoados do estuário do Tejo não atingiram as dimensões suficientes para permitirem ver em qualquer deles essa «capital», onde teriam que existir, necessariamente, armazéns onde se acumulavam os produtos transaccionáveis, e onde os edifícios públicos e privados assumiriam, talvez, dimensões diferentes dos encontrados nos restantes povoados.

Tão pouco foram encontradas as necrópoles correspondentes a qualquer deles, o que não facilita a admissão pura e simples desta hipótese. Isto significa que as condições específicas em que decorreram as escava-

ções nestes sítios não permitiu observar uma qualquer hierarquia no povoamento, pelo menos no início das navegações de fenícios para o Atlântico.

Uma hierarquia de povoamento é apenas evidente a partir dos finais do século VI e V a.C., onde povoados da margem direita do estuário do Tejo, como Outorela (Oeiras) e Moinho da Atalaia (Amadora) e da margem esquerda, como Cacilhas ou Pedrada (Almada) podem ser considerados secundários.

2. Nenhum dos povoados se assume como politicamente mais importante, estando todos eles em condições de importar do interior os metais e de os transaccionar com os comerciantes fenícios, competindo lado a lado, num verdadeiro «mercado liberal».

Evidentemente que a primeira hipótese é a mais plausível, estando de acordo com as tradições políticas e económicas dominantes em todo o Mediterrâneo e mesmo na Europa Central. Seria assim mais fácil evitar um controlo do comércio dos metais pelos navegadores orientais. Por outro lado, parece óbvio que se um dos povoados se tivesse assumido como «lugar central» os contactos com as populações do interior estariam mais facilitados.

Para além destes povoados comerciais, instalados nos estuários dos rios navegáveis, existem, no interior alentejano, sítios arqueológicos onde são evidentes, por um lado, a actividade metalúrgica e, por outro, os contactos com o litoral. As diferenças entre eles são acentuadas, tanto ao nível da implantação como ao nível da cultura material. Essas diferenças não se prendem exclusivamente com problemas de ordem cronológica, mas sobretudo com tradições culturais distintas, que podem ou não relacionar-se com diferentes etnias, definindo, culturalmente, áreas regionais.

É, pois, bem possível que determinadas áreas regionais se tenham constituído em unidades políticas concretas englobando vários povoados. Um deles assumir-se-ia como «lugar central» (capital), encontrando-se os restantes na sua dependência directa.

A teoria do «lugar central» e da existência de uma hierarquia no povoamento é sobretudo baseada nas dimensões da área habitada, mas também extensão do território visualmente controlado, pela quantidade de material importado e pelas estruturas habitacionais e defensivas existentes.

Esta hierarquia de povoamento pode eventualmente inferir-se dos resultados obtidos no Concelho de Moura. Aqui um grande número de povoados da Idade do Ferro está presente, sobretudo ao longo do vale do importante afluente do Guadiana — o Ardila. Os povoados apresentam extensas e espessas estruturas defensivas. A região, muito rica em miné-

rios, especialmente ferro, chumbo, zinco e prata, e com um grande potencial agrícola, foi intensamente povoada, durante a Idade do Ferro. Os povoados revelam uma grande convergência de influências culturais várias e intensas ligações à área tartéssica. A exploração da prata é uma realidade, tendo-se encontrado vestígios dessa actividade em Safarejo (SOARES *et al.*, 1985).

A ausência de um trabalho sistemático de investigação na zona, onde apenas foi escavado o Castro da Azougada, não deixa perceber, com muita clareza, qual dos cerca de 30 povoados se assumiu como «lugar central» e quais estariam na sua dependência directa. No entanto, estou certa que escavações no Castro dos Ratinhos ou em Safarejo não ofuscarão a imagem de importância que o Castro de Azougada deixa transparecer através dos materiais que nele se recolheram.

Os povoados da região de Ourique, por um lado, e os da região de Castro Verde, por outro, parecem também, corresponder a duas unidades político-administrativas concretas. Centros mineiros de primeira grandeza implantam-se em pequenas elevações, que mal se destacam na paisagem. Não possuindo quaisquer condições naturais de defesa, tão pouco estão rodeados por qualquer estrutura defensiva. A riqueza dos espólios funerários, que correspondem a estes povoados, parece indicar que a comercialização dos minerais extraídos era assegurada por uma elite que estava instalada num dos povoados.

Tem sido defendido para a região de Ourique, que o povoado de Fernão Vaz poderia, numa primeira fase, corresponder a esse centro político-administrativo. A partir dos finais do século V a.C., com a instalação de populações em extensos e fortificados povoados de altura na região (Vale do Mira), nomeadamente na Mesas do Castelinho (Almodôvar) esse centro poderia, talvez, ter-se deslocado. No entanto, são ainda escassos os dados que nos permitem defender esta hipótese com excessiva confiança.

No que se refere aos povoados mineiros de Castro Verde, a situação é basicamente a mesma. Os dados disponíveis não possibilitam uma leitura suficientemente nítida para aceitar, sem reservas, que Mértola poderia ter assumido o controlo do comércio dos metais extraídos dos povoados mineiros de Corvo I, como foi recentemente proposto (ARRUDA, 1991). A hipótese é tentadora, mas carece, obviamente, de confirmação arqueológica.

Para concluir deve dizer-se que parece evidente que os povoados litórais tenham sido responsáveis pela difusão, no interior, de produtos e práticas funerárias exógenas. Os rios teriam assim, funcionado como verdadeiras estradas aquáticas.

Mas quais seriam efectivamente as relações existentes entre estes sítios e os povoados interiores que, sendo eventuais compradores e consumidores desses produtos, eram responsáveis pela extracção das matérias-primas vendidas pelos povoados comerciais do litoral?

Se, como parece, o comércio mediterrânico com a fachada atlântica peninsular se processou por via marítima, é lógico pensar que estes sítios, pela sua situação estratégica (decorrente da localização geográfica) e por tradição (ocupações, que nalguns casos remontam ao Bronze Final), tinham excelentes possibilidades de se transformarem em lugares que exportavam matérias-primas (provenientes do interior), recebendo para consumo local e para comercializar em territórios, mais ou menos próximos, produtos manufacturados.

Os vários núcleos de povoamento sidérico do interior alentejano mantêm com os povoados litorais um comércio que acentua as relações entre centros económicos de importância desigual, lidas em diferentes índices de presença de artefactos importados.

De facto, parece óbvio que sejam justamente os povoados mais importantes dos diversos núcleos políticos, ou seja «os lugares centrais», onde estavam instalados os grupos sociais dominantes, quem estabelece preferentemente relações comerciais com os sítios costeiros.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1975) — La ceramique locale et régionale. In ALARCÃO, J. e ETIENNE, R. — Fouilles de Conimbriga. Paris: Mission Archéologique Française au Portugal/Museu Monográfico de Conimbriga, vol. 5.
- ANDERSON, W. P. (1988) — Sarepta I. The Late Bronze and Iron Age satrata of area II.Y. Section des études archéologiques. Beyrouth: Publications de l'Université libanaise, 2.
- ARRUDA, A. M. (1991) — Panorama das importações gregas em Portugal. In Atas do Simposium Griegos y Iberos na Península Ibérica (siglos IV e V a.C.). Huelva Arqueológica. No prelo.
- ARRUDA, A. M. e CATARINO, H. (1982) — Cerâmicas da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém. Clio. Lisboa: INIC, 4, pp. 35-40.
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1979) — As estelas epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- BIKAI, P. (1978) — The late phoenician pottery complex and chronology. Bulletin of the American Schools of Oriental Research, 229, pp. 47-56.
- CARDOSO, J. L. (1990) — A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. Estudos Orientais (Actas do encontro «Presenças orientalizantes em Portugal») Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 1, pp. 119-134.
- GAMITO, T. J. (1988) — Social complexity in Southwest Iberia (800-300 B.C.) The case of Tartessos. BAR, International Series. Oxford, 439.
- GARRETT, A. — Viagens na minha terra. Lisboa.
- KALB, P. (1980) — O «Bronze atlântico» em Portugal. In Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 113-120.
- MOREL, J. P. (1978) — A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne. Archéologie en Languedoc (Journées d'études de Montpellier sur la céramique campanienne). Sete: fédération de la archéologie de l'Hérault, pp. 149-168.
- PINTO, C. V. e PARREIRA, R. (1978) — Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo. In Actas das III Jornadas Arqueológicas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-162.
- SILVA, C. T. [et al.] (1980-81) — Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal. Setúbal Arqueológica. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia dos Distrito de Setúbal, 6-7, pp. 149-218.

SOARES, A. M., ARAUJO, F., CABRAL, J. M. (1983) — O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia*. Porto: GEAP, 11, pp. 87-94.

VEGAS, M. (1989) — Archaische und Mittelpunische keramik aus Kartago. Grabungen 1987/88. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts Roemische Abteilung*. Main: Verlag Philipp von Zabern. 96, pp. 209-265.

VEGAS, M. (1990) — Archaische Topferofen in Kartago. *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts Roemische Abteilung*. Main: Verlag Philipp von Zabern. 97, pp. 33-56.